

## Para não ficar à espera de Godot (1)

Joisa Dutra (2)

É sabido que o setor elétrico enfrenta efeitos de uma grave crise hídrica, que ameaça a segurança do suprimento de eletricidade. Sem considerar efeito no crescimento, expectativas de mercado já dão conta de um efeito negativo sobre a inflação, com aumento de um ponto percentual no IPCA já este ano. Para o enfrentamento da crise, por meio de Medida Provisória, o governo federal instituiu a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG). Passados quase dois meses da edição da referida medida, as preocupações com um racionamento ainda estão firmes em um horizonte de poucas nuvens. Dentre as medidas da CREG, foram divulgadas as diretrizes para um programa de resposta da demanda há muito esperado.

No setor elétrico, em que abundam falhas de mercado, são frequentes as demandas pela mão visível do governo. Argumenta-se, por exemplo, que as decisões dos agentes no mercado não seriam suficientes para garantir segurança e a confiabilidade do suprimento. A crise do racionamento de 2001-2 ilustra esse fato. Faltou planejamento e um ambiente adequado para atrair os investimentos em geração.

Poucas pessoas percebem, mas a "necessária" ação da mão visível dos governos pode gerar respostas ou remédios errados para as falhas de mercado. Há casos mais próximos de falhas de governo, quando as respostas para problemas visíveis tardam ou vem na dimensão inadequada. Por isso é tão importante estar atento a medidas que permitam enfrentar as crises, começando com as frutas maduras e mais ao alcance da mão - as chamadas low-hanging fruits. O gás natural e a resposta da demanda são emblemáticos nesse momento.

Semana passada apareceram notícias de falta de disponibilidade de gás natural para a necessária produção termelétrica. O acionamento de algumas dessas usinas requer então mudanças de combustíveis. Em resposta, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorizou troca de combustível para a usina Termo Ceará. A mudança de gás para óleo diesel acarreta aumento do custo de geração de R\$ 431,00 para R\$ 1.551,00/MWh. E as notícias são de que o problema não se limita à Termo Ceará.

Não é fácil entender a razão dessa mudança de combustível - de gás para diesel. Mais ainda considerando que desde 2016 está em curso uma reforma para o desenvolvimento de um mercado competitivo de gás natural. A motivação seria exatamente o esperado aumento da oferta de gás. Continuamos à espera dos benefícios de redução de preços.

Mais ou menos na mesma época em que se discutia a reforma, começou a implantação do complexo Termelétrico Barra dos Coqueiros. Fazem parte do Complexo: um terminal de regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) com capacidade para 21 milhões de metros cúbicos/dia; a Usina Termelétrica (UTE) Porto de Sergipe I, da CELSE, com 1.551 MW de capacidade instalada; e a implantação de mais duas UTEs, o que permitiria duplicar a capacidade instalada atual. Como o terminal de GNL dispõe de três unidades de regaseificação, além do gás já comprometido com o funcionamento da UTE Porto do Sergipe, haveria disponibilidade de oferta firme de 7 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural e outros 7 milhões de m<sup>3</sup>/dia de forma interruptível.

O Estado de Sergipe há tempo busca viabilizar a conexão do terminal de regaseificação da usina termelétrica CELSE à malha de transporte. Além de fundamental para a segurança de suprimento de gás natural no Nordeste, o Gasoduto Terminal Sergipe é uma nova porta de entrada do gás na malha de transporte. Contribui para competição entre supridores, aumento

de oferta e redução no preço da molécula. Ainda antes da nova lei do gás, em janeiro de 2020, a questão foi levada para discussão com o regulador federal e os diversos agentes envolvidos. Naquela ocasião foi sinalizada a viabilidade regulatória do projeto, que já constava inclusive do Plano da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para expansão do sistema de transporte. Apesar de aprovada a lei do gás, a conexão ainda não saiu do papel.

Dá para estimar o custo de oportunidade de não termos implantado esse gasoduto. A conexão do Terminal da CELSE à malha de distribuição da SERGAS tem uma extensão aproximada de 25 Km, para um gasoduto de vazão nominal de 14 MM m<sup>3</sup>/dia e custo estimado de R\$ 250 milhões. O custo da mudança do gás para diesel em uma parte do parque de geração termelétrica que pudesse se beneficiar desse volume firme de 7 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás representa mais de R\$ 1,3 bilhão por mês; ou seja, em um mês o aumento do custo para os consumidores de energia elétrica supera em mais de cinco vezes os custos de implantação do gasoduto.

Voltando à resposta da demanda, o tema foi objeto de artigos anteriores em maio e há duas semanas nessa coluna. A versão aprovada do programa de Redução Voluntária de Demanda Publicada incorpora avanços em relação à proposta original: simplificação operacional; flexibilização e aumento ao incentivo à participação, ao reduzir os volumes mínimos de oferta. Entretanto, ainda não fica claro porque a preocupação em impedir que a resposta da demanda afete a determinação de preço. Vamos esperar que a experiência positiva gere aperfeiçoamentos nessa direção, pois se "aumenta a oferta", o consumidor merece se beneficiar do efeito de preços, que deve ser redução. Está agora sendo gestado programa de resposta da demanda para consumidores residenciais. A implementação do primeiro programa ainda depende de etapas e deve requerer pelo menos duas semanas, mas é avanço bem-vindo e a comemorar.

Para não ficar como os personagens de Beckett na peça "Esperando Godot", numa longa espera pela modernização do setor, é imperativo aproveitar as oportunidades para colher os frutos maduros. Dois deles são o aumento da participação da demanda e a disponibilidade do gás - pelo terminal de GNL em Sergipe. Ambas são medidas que contribuem para um aumento perene da eficiência do sistema elétrico. Hora de alinhar a narrativa e a prática, colocando o consumidor no centro da transição energética.

- (1) Artigo publicado no Broadcast Energia. Disponível em: <https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/38721936> Acesso em 25 de agosto de 2021.
- (2) *Joisa Dutra é diretora do Centro de Regulação em Infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ceri), membro do Conselho Global do Futuro da Energia do Fórum Econômico Mundial.*